



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74.

PREGÃO ELETRÔNICO

01/2024

CONTRATANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, correlatos e controlados.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 2.962.137,75

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **07/02/2024** às **10h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço

MODO DE DISPUTA:
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DOS RECURSOS	14
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE/AL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

(Processo Administrativo nº 01/2024)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Jacuípe/AL, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Pregoeiro deste Município, designado pela Portaria nº 07/2024, sediada na Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley, s/n, Centro, cidade de Jacuípe/AL, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de medicamentos, correlatos e controlados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.2. Não poderão disputar esta licitação:

3.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3. O impedimento de que trata o item 3.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.2 e 3.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6. O disposto nos itens 3.2.2 e 3.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.8. A vedação de que trata o item 3.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **deverá** declarar, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **30 (trinta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,02 (dois centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor

final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do sistema do Banco Nacional de Compras – BNC (<https://bnccompras.com>), nos documentos inseridos pelas empresas.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão da suas documentações e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.12. A verificação da habilitação ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://bnccompras.com>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.5. fraudar a licitação
- 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 **(trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda

da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://bnccompras.com>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

13.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Jacuípe/AL, 24 de janeiro de 2024.

TIAGO FEITOSA DA SILVA

PREGOEIRO



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 01/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de medicamentos, correlatos e controlados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

MEDICAMENTOS CONTROLADOS					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Médio Unitário	Custo Médio Total
1	Amitripitilina, cloridrato 25mg	Comprimido	20000	R\$0,68	R\$13.600,00
2	Biperideno, cloridrato 2mg	Comprimido	7000	R\$0,26	R\$1.820,00
3	Carbamazepina 200mg	Comprimido	50000	R\$0,34	R\$17.000,00
4	Carbamazepina + dosador 2% 100ml	Frasco	5000	R\$12,94	R\$64.700,00
5	Clomipramina, cloridrato 25mg	Comprimido	10000	R\$1,11	R\$11.100,00
6	Clonazepam 2mg	Comprimido	25000	R\$0,10	R\$2.500,00
7	Clonazepam 2,5mg/ml 20ml	Frasco	12000	R\$3,58	R\$42.960,00
8	Clorpromazina, cloridrato 100mg	Comprimido	10000	R\$0,46	R\$4.600,00
9	Clorpromazina, cloridrato 25mg	Comprimido	10000	R\$0,35	R\$3.500,00
10	Diazepam -Solução injetável 25Mg/ml 2ml	Ampola	3000	R\$1,54	R\$4.620,00
11	Diazepam 5mg	Comprimido	50000	R\$0,09	R\$4.500,00
12	Fenitoína 100mg	Comprimido	10000	R\$0,18	R\$1.800,00
13	Haloperidol – solução Injetável 5mg/ml 1ml	Ampola	1000	R\$2,77	R\$2.770,00
14	Haloperidol 5 mG	Comprimido	15000	R\$0,27	R\$4.050,00
15	Fenitoína susp. Oral 20mg/ml 120ml	Frasco	10000	R\$21,42	R\$214.200,00
16	Fenobarbital 100mg	Comprimido	50000	R\$0,26	R\$13.000,00
17	Fenobarbital – solução Oral 40mg/ml 20ml	Frasco	1500	R\$5,50	R\$8.250,00
18	Nitrazepam 5 Mg	Comprimido	5000	R\$0,14	R\$700,00
19	Tramadol injetável 50Mg/ML 1ml	Ampola	10000	R\$1,93	R\$19.300,00
20	Valproato de sódio 250 mg	Comprimido	10000	R\$0,37	R\$3.700,00
21	Valproato de sódio 500 mg	Comprimido	10000	R\$0,58	R\$5.800,00
22	Risperidona 1mg	Comprimido	12000	R\$0,19	R\$2.280,00
23	Tramadol 50 Mg	Comprimido	10000	R\$0,43	R\$4.300,00
24	Fluoxetina, cloridrato 20mg	Comprimido	50000	R\$0,13	R\$6.500,00
TOTAL					R\$457.550,00

MEDICAMENTOS NÃO CONTROLADOS					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Médio Unitário	Custo Médio Total
25	Aciclovir 200mg	Comprimido	10000	R\$0,58	R\$5.800,00
26	Ácido acetilsalicílico 100mg	Comprimido	10000	R\$0,72	R\$7.200,00
27	Ácido tranexâmico-solução injetável 50mg/ml 5ml	Ampola	1200	R\$5,43	R\$6.516,00
28	Ácido fólico 5mg	Comprimido	30000	R\$0,06	R\$1.800,00
29	Ácidos graxos essenciais compostos dos ácidos caprílico, cáprico, láurico, linoléico, lecitina de soja, associados a vitamina A e E loção oleosa frasco com 100ml	Frasco	200	R\$13,77	R\$2.754,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

30	Água bidestilada 10ml	Ampola	3000	R\$0,42	R\$1.260,00
31	Albendazol 400mg	Comprimido	10000	R\$0,57	R\$5.700,00
32	Albendazol suspensão oral + copo dosador 40mg/ml 10ml	Frasco	10000	R\$1,65	R\$16.500,00
33	Álcool etílico gel 70%	Litro	2000	R\$9,03	R\$18.060,00
34	Álcool etílico solução 70%	Litro	2000	R\$8,47	R\$16.940,00
35	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	400	R\$0,33	R\$132,00
36	Acebrofilina 50mg/ml	Frasco	600	R\$8,68	R\$5.208,00
37	Alopurinol 300mg	Comprimido	30000	R\$0,40	R\$12.000,00
38	Aminofilina - solução injetável 24mg/ml 10ml	Ampola	3000	R\$7,38	R\$22.140,00
39	Amiodarona 50mg/ml 3ml	Ampola	3000	R\$4,39	R\$13.170,00
40	Amoxicilina 500mg	CAPSULA	15000	R\$0,29	R\$4.350,00
41	Amoxicilina - pó p/ suspensão oral + copo dosador 250mg/5ml 150ml	Frasco	500	R\$11,73	R\$5.865,00
42	Amoxicilina + clavulanato de potássio 500mg +125mg	Comprimido	15000	R\$2,94	R\$44.100,00
43	Amoxicilina + clavulanato de potássio pó p/ susp. Oral + copo dosador (50mg+12,5mg)/ml 75ml	Frasco	500	R\$32,42	R\$16.210,00
44	Anlodipino, besilato 5mg	Comprimido	50000	R\$0,06	R\$3.000,00
45	Atenolol sulcado 25mg	Comprimido	50000	R\$0,06	R\$3.000,00
46	Atenolol sulcado 50 mg	Comprimido	50000	R\$0,08	R\$4.000,00
47	Atropina, sulfato – solução injetável 0,25mg/ml 1ml	Ampola	500	R\$1,86	R\$930,00
48	Azitromicina 500mg	Comprimido	4000	R\$0,79	R\$3.160,00
49	Beclometasona, dipropionato aerossol oral 250mcg 200 doses	Frasco	1500	R\$29,63	R\$44.445,00
50	Beclometasona, dipropionato aerossol oral c/ espaçador 50mcg 200 doses	Frasco	400	R\$28,38	R\$11.352,00
51	Bromoprida 5mg/ml	Ampola	400	R\$3,37	R\$1.348,00
52	Benzilpenicilina G. Benzatina - pó p/ susp. injetável + diluente 1.200.000UI	Unidade	2000	R\$13,09	R\$26.180,00
53	Benzilpenicilina procaína + Benzilpenicilina potássica susp. Inj.+ diluente 300.000UI + 100.000UI	Unidade	500	R\$8,98	R\$4.490,00
54	Benzoilmetronidazol - Suspensão oral + copo dosador 200mg/5ml 100ML	Frasco	1200	R\$12,12	R\$14.544,00
55	Biperideno, cloridrato 2mg	Comprimido	1200	R\$0,36	R\$432,00
56	Budesonida aerossol nasal 50mcg 200 doses	Frasco	500	R\$46,27	R\$23.135,00
57	Captopril 25mg	Comprimido	50000	R\$0,05	R\$2.500,00
58	Cetoprofeno 50mg/ml 2ml	Ampola	3000	R\$2,17	R\$6.510,00
59	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	10000	R\$0,21	R\$2.100,00
60	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	10000	R\$0,26	R\$2.600,00
61	Cefalexina 500mg	Comprimido	10000	R\$0,93	R\$9.300,00
62	Cefalexina suspensão oral + copo dosador 250mg/5mL 100ML	Frasco	4000	R\$21,67	R\$86.680,00
63	Ciprofloxacino 500mg	Comprimido	10000	R\$0,81	R\$8.100,00
64	Clopidogrel, Bissulfato 75mg	Comprimido	150	R\$1,03	R\$154,50
65	Clostebol + neomicina, creme vaginal (5+5)mg/g 45g	Bisnaga	500	R\$33,01	R\$16.505,00
66	Dexametasona colírio 0,10% 5ml	Frasco	100	R\$11,24	R\$1.124,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

67	Dexametasona, Acetato – creme 1mg/g 10g	Bisnaga	3000	R\$3,08	R\$9.240,00
68	Dexametasona, Fosfato Dissódico - solução injetável 4mg/ml 2,5ml	Ampola	300	R\$1,80	R\$540,00
69	Dexclorfeniramina, maleato + copo dosador 2mg/5ml 100ml	Frasco	400	R\$2,11	R\$844,00
70	Diclofenaco potássico - sol. Injetável 25mg/ml 3ml	Ampola	500	R\$2,05	R\$1.025,00
71	Digoxina 0,25mg	Comprimido	500	R\$0,31	R\$155,00
72	Dipirona sódica - solução injetável 500mg/ml 2ml	Ampola	600	R\$1,40	R\$840,00
73	Doxiciclina, cloridrato 100mg	Comprimido	6000	R\$0,64	R\$3.840,00
74	Enalapril, maleato 10mg	Comprimido	800	R\$0,30	R\$240,00
75	Enalapril, maleato 20mg	Comprimido	40000	R\$0,61	R\$24.400,00
76	Eritromicina, estearato 500mg	Comprimido	3000	R\$2,61	R\$7.830,00
77	Eritromicina, estearato - suspensão + copo dosador 125 mg/5ml 105ml	Frasco	800	R\$7,53	R\$6.024,00
78	Epinefrina-solução injetável 1mg/ml 1ml	Ampola	1200	R\$1,85	R\$2.220,00
79	Espironolactona 25mg	Comprimido	3000	R\$0,29	R\$870,00
80	Espironolactona 100mg	Comprimido	3000	R\$1,19	R\$3.570,00
81	Estriol creme vaginal + aplicador 1mg/g 25g	Bisnaga	800	R\$12,46	R\$9.968,00
82	Estrogênios conjugados 0,3mg	Comprimido	200	R\$1,21	R\$242,00
83	Fenoterol, bromidrato – solução gotas 5mg/ml 20ML	Frasco	500	R\$6,84	R\$3.420,00
84	Ferroso, sulfato 40mg	Comprimido	50000	R\$0,12	R\$6.000,00
85	Ferroso, sulfato - gotas + conta gotas 25mg/ml 30ml	Frasco	500	R\$1,54	R\$770,00
86	Fitometadiona 10mg/ml 1ml	Ampola	240	R\$4,68	R\$1.123,20
87	Fluconazol 150mg	Comprimido	10000	R\$1,69	R\$16.900,00
88	Furosemida 40mg	Comprimido	50000	R\$0,32	R\$16.000,00
89	Furosemida - solução injetável 10mg/ml 2ml	Ampola	1000	R\$1,32	R\$1.320,00
90	Gentamicina, sulfato colírio 5mg/ml 5ml	Frasco	300	R\$11,91	R\$3.573,00
91	Gentamicina, sulfato solução injetável 40mg/ml 2ml	Ampola	300	R\$1,58	R\$474,00
92	Glibenclamida 5mg	Comprimido	50000	R\$0,09	R\$4.500,00
93	Gliclazida - comp liberação modificada 30mg	Comprimido	50000	R\$0,31	R\$15.500,00
94	Glicose - solução injetável 50mg/ml (5%) 500ml	Frasco	300	R\$4,84	R\$1.452,00
95	Glicose – solução injetável 500mg/ml (50%) 10ml	Ampola	300	R\$0,93	R\$279,00
96	Guaco - Mikania glomerata - xarope 5% 150ml	Frasco	1200	R\$3,07	R\$3.684,00
97	Hidroclorotiazida 25 mg	Comprimido	50000	R\$0,12	R\$6.000,00
98	Hidrocortisona, succinato sódico - pó p/ solução injetável + diluente 500mg	Unidade	1500	R\$7,22	R\$10.830,00
99	Hidróxido de alumínio + hidróxido de magnésio c/ dosador (60+40)mg/ml 240ML	Frasco	300	R\$18,41	R\$5.523,00
100	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	10000	R\$0,59	R\$5.900,00
101	Ibuprofeno 50mg/ml	Frasco	800	R\$6,63	R\$5.304,00
102	Imunoglobulina Anti-Rho (D) solução injetável 300mcg 2ml	Ampola	100	R\$262,82	R\$26.282,00
103	Iodopovidona solução aquosa 10% 1 litro	Frasco	600	R\$49,78	R\$29.868,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

104	Iodopovidona solução degermante 10% 1 litro	Frasco	3000	R\$40,06	R\$120.180,00
105	Ioxitalamato de meglumina + ioxalamato de sódio solução injetável 0,59g; meglumina 0,15g; hidróxido de sódio 0,58g (equivalente a 350mg de iodo) 50ml	Frasco	100	R\$46,61	R\$4.661,00
106	Ipratrópio, brometo - solução inalatória 0,25mg/ml 20ml	Frasco	2500	R\$1,59	R\$3.975,00
107	Isossorbida, dinitrato sublingual 5mg	Comprimido	800	R\$0,63	R\$504,00
108	Isossorbida, mononitrato 40mg	Comprimido	300	R\$0,51	R\$153,00
109	Isossorbida, mononitrato solução injetável 10mg/ml 1ml	Ampola	600	R\$2,68	R\$1.608,00
110	Levodopa + benzerazida 100mg+25mg	CAPSULA	100	R\$1,77	R\$177,00
111	Levodopa + carbidopa 250mg+25mg	Comprimido	60	R\$1,55	R\$93,00
112	Levotiroxina sódica 25mcg	Comprimido	5000	R\$0,19	R\$950,00
113	Levotiroxina sódica 50mcg	Comprimido	3000	R\$0,36	R\$1.080,00
114	Lidocaína, cloridrato - gel 2% 30ml	Bisnaga	500	R\$4,76	R\$2.380,00
115	Lidocaína, cloridrato - SVC - solução injetável 2% 20ml	Ampola	600	R\$14,92	R\$8.952,00
116	Loratadina 10mg	Comprimido	7000	R\$0,65	R\$4.550,00
117	Loratadina xarope 1mg/ml 100ml	Frasco	800	R\$8,53	R\$6.824,00
118	Losartana potássica 50mg	Comprimido	50000	R\$0,29	R\$14.500,00
119	Metformina, cloridrato 850mg	Comprimido	50000	R\$0,55	R\$27.500,00
120	Metildopa 250mg	Comprimido	10000	R\$1,51	R\$15.100,00
121	Metoclopramida, cloridrato - solução injetável 5mg/ml 2ml	Ampola	600	R\$1,56	R\$936,00
122	Metilprednisolona Acetato-solução injetável 40mg/ml 2ml	Ampola	600	R\$18,33	R\$10.998,00
123	Metronidazol 250mg	Comprimido	10000	R\$0,43	R\$4.300,00
124	Metronidazol – geléia vaginal c/ aplicador 500mg/5g 50mg	Bisnaga	1500	R\$12,13	R\$18.195,00
125	Miconazol, nitrato - creme vaginal + aplicador 2% 80g	Bisnaga	1500	R\$10,11	R\$15.165,00
126	Miconazol, nitrato - loção 2% 30ml	Frasco	1500	R\$4,30	R\$6.450,00
127	N-butilescopolamina - sol. Injetável 20mg/ml 5ml	Ampola	600	R\$2,39	R\$1.434,00
128	Neomicina, sulfato + Bacitracina – pomada 5mg+250UI/g 10g	Bisnaga	600	R\$4,28	R\$2.568,00
129	NISTATINA pomada vaginal 5mg+250UI/g 60g	Bisnaga	600	R\$10,85	R\$6.510,00
130	Omeprazol 20mg	CAPSULA	15000	R\$0,52	R\$7.800,00
131	Papaína 2% 50g	Bisnaga	10	R\$13,32	R\$133,20
132	Papaína 6% 50g	Bisnaga	10	R\$16,02	R\$160,20
133	Paracetamol 500mg	Comprimido	10000	R\$0,32	R\$3.200,00
134	Paracetamol – gotas 200mg/ml 15ml	Frasco	800	R\$2,73	R\$2.184,00
135	Periciazina 4% 20ml	Frasco	50	R\$24,84	R\$1.242,00
136	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	200	R\$0,52	R\$104,00
137	Permetrina 5% 60ml	Frasco	200	R\$6,69	R\$1.338,00
138	Permetrina - loção 1% 60ml	Frasco	200	R\$4,07	R\$814,00
139	Pirimetamina 25mg	Comprimido	150	R\$0,13	R\$19,50
140	Polivitaminco - copo ou seringa dosadora 100ml	Frasco	200	R\$6,09	R\$1.218,00
141	Polivitamínico 3ml	Ampola	200	R\$3,63	R\$726,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

142	Prednisolona, fostato sódico de sol.(equiv. a 3 mg de prednisona) +copo dosador 1,34mg/mL 100ml	FRASCO 100ML	5000	R\$8,23	R\$41.150,00
143	Prednisona 5mg	Comprimido	5000	R\$0,13	R\$650,00
144	Prednisona 20mg	Comprimido	10000	R\$0,34	R\$3.400,00
145	Prometazina, cloridrato 25mg	Comprimido	24000	R\$0,22	R\$5.280,00
146	Prometazina, cloridrato – solução Injetável 25mg/ml 2ml	Ampola	3000	R\$3,54	R\$10.620,00
147	Propranolol, cloridrato 40mg	Comprimido	50000	R\$0,16	R\$8.000,00
148	Ranitidina, cloridrato - solução injetável 25mg/mL 2ml	Ampola	600	R\$1,96	R\$1.176,00
149	Sais para Reidratação Oral Pó para solução ora 27,9g	Envelope	3000	R\$1,34	R\$4.020,00
150	Salbutamol, sulfato - solução inalante 6mg/mL 10ml	Frasco	600	R\$22,00	R\$13.200,00
151	Salbutamol, sulfato aerossol oral com espaçador 100mcg/dose com 200 doses	Frasco	600	R\$14,09	R\$8.454,00
152	Sinvastatina 20mg	Comprimido	50000	R\$0,18	R\$9.000,00
153	Sódio, cloreto - sistema fechado 0,90 % 100ml	Frasco	1500	R\$6,73	R\$10.095,00
154	Sódio, cloreto - sistema fechado 0,9% 500ml	Frasco	4000	R\$8,25	R\$33.000,00
155	Solução Ringer + Lactato - sistema fechado Composição por litro – Cloreto 109mEq, Sódio 130mEq, Potássio 4mEq, Cálcio 2,7mEq, Lactato 27,7mEq	Unidade	400	R\$10,89	R\$4.356,00
156	Sulfadiazina de prata-creme 1% 50G	Bisnaga	500	R\$8,24	R\$4.120,00
157	Sulfametoxazol + Trimetoprima 400+80mg	Comprimido	12000	R\$0,36	R\$4.320,00
158	Sulfametoxazol + Trimetoprima - suspensão oral + copo dosador 4,0% + 0,8% 60ml	Frasco	1200	R\$9,04	R\$10.848,00
159	sulfato de magnésio 10% 10ml	Frasco	200	R\$1,64	R\$328,00
160	Varfarina sódica 5mg	Comprimido	200	R\$0,16	R\$32,00
161	Verapamil 80mg	Comprimido	200	R\$0,55	R\$110,00
162	Adrenalina/epinefrina 1ml	Ampola	100	R\$1,71	R\$171,00
163	Ácido ascorbico-solução injetável 100mg/ml 5ml	Ampola	100	R\$2,05	R\$205,00
164	Flavonid 450/50mg	Comprimido	400	R\$0,84	R\$336,00
165	Cloreto de sódio 0,9% 250ml	Frasco	2000	R\$5,00	R\$10.000,00
166	Butilbrometo de Esc.+Dipirona-Injetável (composta) 4mg/500mg/ml	Ampola	200	R\$1,67	R\$334,00
167	Omeprazol sódico-pó+diluyente 40mg	Ampola	50	R\$32,14	R\$1.607,00
TOTAL					R\$1.201.338,60

CORRELATOS					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Médio Unitário	Custo Médio Total
168	ABAIXADOR DE LÍNGUA EM MADEIRA, DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO PCT C/ 100 unid.	Pacote	4000	R\$5,51	R\$22.040,00
169	AGULHA HIPODÉRMICA, 13X 4,5, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM	Unidade	2500	R\$0,09	R\$225,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

	PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EMBALAGEM				
170	AGULHA HIPODÉRMICA, 20X5,5, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EMBALAGEM INDIVIDUAL - unid.	Unidade	5000	R\$0,09	R\$450,00
171	AGULHA HIPODÉRMICA, 30X8, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EMBALAGEM	Unidade	2500	R\$0,11	R\$275,00
172	AGULHA HIPODÉRMICA, 25X 7, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EMBALAGEM INDIVIDUAL - unid.	Unidade	2500	R\$0,09	R\$225,00
173	ALGODÃO HIDRÓFILO 500g - rolo	Rolo	800	R\$13,62	R\$10.896,00
174	Água destilada p/ autoclave fr 5 litros	Litro	240	R\$12,89	R\$3.093,60
175	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 10cm, 180cm, EM REPOUSO, 13 FIOS/ CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL - unid.	Unidade	10000	R\$0,56	R\$5.600,00
176	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 15cm, 180cm, EM REPOUSO, 13 FIOS/ CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL - unid.	Unidade	5000	R\$0,67	R\$3.350,00
177	Bolsa de colostomia	Unidade	2000	R\$1,68	R\$3.360,00
178	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO, VIALON, 18G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AGULHA EM AÇO INOX,	Unidade	1500	R\$0,74	R\$1.110,00
179	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO, VIALON, 20G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AGULHA EM AÇO INOX,	Unidade	1500	R\$0,70	R\$1.050,00
180	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO, VIALON, 22G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AGULHA EM AÇO INOX, BISEL CURTO, PADRÃO DE CORES UNIVERSAL - unid..	Unidade	1500	R\$0,74	R\$1.110,00
181	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO, VIALON, 24G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AGULHA EM AÇO INOX,	Unidade	1500	R\$0,77	R\$1.155,00
182	CAIXA COLETORA PARA PERFURANTE - CORTANTE, CAPACIDADE 13L unid.	Unidade	200	R\$8,15	R\$1.630,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

183	COLETOR DE URINA 50 ML	Unidade	3000	R\$0,56	R\$1.680,00
184	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO, TIPO BOLSA, CAPACIDADE 2000ml, PVC ATÓXICO, VÁLVULA ANTIRREFLUXO, TUBO EXTENSOR EM PVC ATÓXICO TRANSPARENTE COM NO MÍNIMO 110cm DE COMPRIMENTO, FLEXÍVEL, SUPORTE DE FIXAÇÃO COM HASTE RÍGIDA, TIPO CABIDE, ESCALA DE VOLUME IMPRESSAE ALÇA COM CLAMP CORTA FLUXO, CONECTOR DE ENTRADA E SAÍDA DA DRENAGEM, PONTO DE COLETA DE AMOSTRA COM MEMBRANA DE LÁTEX AUTO CICATRIZANTE unid.	Unidade	800	R\$13,50	R\$10.800,00
185	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILS ESTÉRIL, 100% ALGODÃO, 13 FIOS/ CM², ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 cm, 5 DOBRAS, DESCARTÁVEL PCT C/ 10 UNID.	Pacote	5000	R\$0,77	R\$3.850,00
186	COMPRESSA DE GAZE, 100% ALGODÃO, 13 FIOS/ CM², ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 cm, 5 DOBRAS, DESCARTÁVEL PCT C/ 500 UNID.	Pacote	5000	R\$20,50	R\$102.500,00
187	COMPRESSA DE GAZE, 100% ALGODÃO, TIPO QUEIJO, 13 FIOS/ CM², ISENTA DE IMPUREZAS, 91 cm X 91cm, 8 CAMADAS, 3 DOBRAS, DESCARTÁVEL. ROLO	Rolo	5000	R\$37,98	R\$189.900,00
188	ESPARADRAPO HOSPITALAR IMPERMEÁVEL -10cmx4,5m unid.	Unidade	1500	R\$9,55	R\$14.325,00
189	ESPARADRAPO MICROPORE - 10cmx4,5m unid.	Unidade	1500	R\$7,58	R\$11.370,00
190	EQUIPO MACRO GOTAS, PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES PARENTERAIS ESTÉREIS, EM POLIETILENO, FLEXÍVEL, COM TUBO MEDINDO ENTRE 120 A 150cm, INCOLOR, DESCARTÁVEL,	Unidade	2500	R\$0,93	R\$2.325,00
191	ESPÉCULO VAGINAL, POLIETILENO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO, EMBALAGEM INDIVIDUAL TAM: "M" - unid.	Unidade	500	R\$1,31	R\$655,00
192	ESCOVA CERVICAL PARA CITOLOGIA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUALIZADA - unid.	Unidade	500	R\$0,49	R\$245,00
193	FIO SULTURA, NYLON MONOFILAMENTO 2-0, PRETO, 70cm, C/ AGULHA, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 2,0cm, ESTÉRIL - unid.	Unidade	300	R\$2,04	R\$612,00
194	FIO SULTURA, NYLON MONOFILAMENTO 3-0, PRETO, 45cm, C/ AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,0cm, ESTÉRIL - unid.	Unidade	300	R\$1,74	R\$522,00
195	FIO SULTURA, NYLON MONOFILAMENTO 4-0, PRETO, 45cm, C/ AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,0cm, ESTÉRIL - unid.	Unidade	300	R\$1,77	R\$531,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

196	FIO SULTURA, NYLON MONOFILAMENTO 5-0, PRETO, 45cm, C/ AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 1,5cm, ESTÉRIL - unid.	Unidade	300	R\$1,99	R\$597,00
197	FITA P/ AUTO-CLAVE - unid.	Unidade	150	R\$4,63	R\$694,50
198	FIXADOR PARA CITOLOGIA - fr. 100mL - unid.	Unidade	240	R\$12,02	R\$2.884,80
199	FRALDAS INFANTIS TAMANHO G UNIDADES	Unidade	2000	R\$1,23	R\$2.460,00
200	GEL PARA ULTRASSOM INCOLOR - fr 1L unid.	Unidade	500	R\$8,06	R\$4.030,00
201	LÂMINA P/ MICROSCOPIA COM UMA EXTREMIDADE FOSCA - CAIXA COM 50 UNID	CAIXA	70	R\$8,88	R\$621,60
202	LÂMINA DE BÍSTURI, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL Nº 11 - Caixa com 100 unid.	CAIXA	5	R\$24,10	R\$120,50
203	LÂMINA DE BISTURI, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL Nº 15 - Caixa com 100unid.	CAIXA	5	R\$28,33	R\$141,65
204	LÂMINA DE BISTURI, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL Nº 21 - unid.	Unidade	500	R\$30,42	R\$15.210,00
205	LANCETA PARA OBTENÇÃO DE SANGUE CAPILAR, DESCARTÁVEL. A CADA 200 LANCETAS SOLICITADAS DEVE SER ENVIADO 01 LANCETADOR EM COMODATO COMPATÍVEL COM A LANCETA FORNECIDA. EM CASO DE DEFEITO OU QUEBRA DO LANCETADOR O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO SEM CUSTO PARA O ENTE PÚBLICO - unid.	Unidade	7000	R\$4,97	R\$34.790,00
206	LUVA ESTÉRIL 7,5 - par	Par	7000	R\$1,36	R\$9.520,00
207	LUVA ESTÉRIL 8,0 -par	Par	7000	R\$1,46	R\$10.220,00
208	LUVAS DE PROCEDIMENTO "M" - cx c/100	Caixa	10000	R\$16,66	R\$166.600,00
209	LUVAS DE PROCEDIMENTO "P" - cx c/100	Caixa	10000	R\$16,98	R\$169.800,00
210	LUVAS DE PROCEDIMENTO "G" - cx c/100	Caixa	10000	R\$17,39	R\$173.900,00
211	MÁSCARA DESCARTÁVEL, 3 CAMADAS C/ ELÁSTICO - unidade	Unidade	15000	R\$1,12	R\$16.800,00
212	MASCARA P/ NEBULIZAÇÃO+COPO E MANGUEIRA- ADULTO -UNID	Unidade	80	R\$14,38	R\$1.150,40
213	MASCARA P/ NEBULIZAÇÃO+COPO E MANGUEIRA- CRIANÇA -UNID	Unidade	80	R\$15,23	R\$1.218,40
214	PAPEL CREPADO BRANCO PARA ESTERILIZAÇÃO, 100% CELULOSE REFORÇADA C/ FIBRAS SINTÉTICAS, 2ª GERAÇÃO, 100X100cm, EM FOLHA	Unidade	1500	R\$42,88	R\$64.320,00
215	PAPEL CREPADO BRANCO PARA ESTERILIZAÇÃO, 100% CELULOSE REFORÇADA C/ FIBRAS SINTÉTICAS, 2ª GERAÇÃO, 300MM, EM FOLHA	Unidade	750	R\$165,49	R\$124.117,50
216	SCALP Nº 21 unid.	Unidade	12000	R\$0,23	R\$2.760,00
217	SCALP Nº 23 unid.	Unidade	12000	R\$0,27	R\$3.240,00
218	SCALP Nº 25 unid.	Unidade	12000	R\$0,24	R\$2.880,00
219	SCALP Nº 27 unid.	Unidade	12000	R\$0,23	R\$2.760,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

220	SERINGA DESC. 1ml ESTÉRIL C/ AGULHA 13x4,5 - unid.	Unidade	8000	R\$0,27	R\$2.160,00
221	SERINGA DESC. 3ml ESTÉRIL C/AGULHA 25x7 - unid.	Unidade	8000	R\$0,28	R\$2.240,00
222	SERINGA DESC. 5ml ESTÉRIL C/ AGULHA 25x7- unid.	Unidade	8000	R\$0,30	R\$2.400,00
223	SERINGA DESC. 10ml ESTÉRIL C/ AGULHA 25x7- unid.	Unidade	7000	R\$0,37	R\$2.590,00
224	SERINGA DESC. 20ml ESTÉRIL C/ AGULHA 25x7- unid.	Unidade	7000	R\$0,52	R\$3.640,00
225	SONDA FOLLEY N°12 unid.	Unidade	150	R\$3,11	R\$466,50
226	SONDA FOLLEY N°14 unid.	Unidade	150	R\$3,37	R\$505,50
227	SONDA FOLLEY N°16 unid.	Unidade	150	R\$3,60	R\$540,00
228	SONDA FOLLEY N°18 unid.	Unidade	150	R\$3,69	R\$553,50
229	Tensiometro Adulto- premium	Unidade	2	R\$80,35	R\$160,70
230	TERMÔMETRO DIGITAL	Unidade	300	R\$25,54	R\$7.662,00
231	TIRAS REAGENTES PARA CONTROLE DE GLICEMIA CAPILAR. A CADA 200 TIRAS SOLICITADAS DEVE SER ENVIADO 01 GLICOSÍMETROEM COMODATO COMPATÍVEL COM A TIRA FORNECIDA. EM CASO DE DEFEITO OU QUEBRA DO GLICOSÍMETRO O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUIDO SEM CUSTO PARA O ENTE PÚBLICO - unid.	Unidade	6000	R\$0,55	R\$3.300,00
232	espátula de AYRES -apct c/ 100 unid	Pacote	3000	R\$9,26	R\$27.780,00
233	TOUCA DESC. C/ ELÁSTICO PCT C/ 100	Pacote	3000	R\$14,51	R\$43.530,00
TOTAL					R\$1.303.249,15
TOTAIS GERAIS					R\$2.962.137,75

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual “2024”, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

3.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

3.1.1. A subcontratação fica limitada ao percentual de 50% do quantitativo.

3.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

Garantia da contratação

3.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da ordem de fornecimento, em remessa única.

4.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua da Torre, s/n, Centro – Jacuípe/AL.

Garantia, manutenção e assistência técnica

4.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

5.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

5.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

5.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

6.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.9.1. o prazo de validade;
- 6.9.2. a data da emissão;
- 6.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.9.4. o período respectivo de execução do contrato;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

6.9.5. o valor a pagar; e

6.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Forma de pagamento

6.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

7.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

- 7.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 7.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 7.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 7.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 7.21.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 7.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 7.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 7.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 7.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 7.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

- 7.24. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 7.24.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

7.24.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.24.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.24.4. Registro dos produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

7.24.5. Os licitantes que apresentarem propostas para os medicamentos de controle especial, pertencente à Portaria SVS nº 344/98 e suas alterações, devem comprovar sua regulamentação através da autorização de funcionamento para o fabricante expedido pela ANVISA para Medicamentos Controlados.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.962.137,75 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

PODER 03 Fundo

03.01.00 Fundo Municipal de Saúde

FUNCIONAL 10.303.1016.2070.000 Manutenção das Ações do Programa Farmácia Básica

33.90.00.00 Aplicações Diretas

001 ordinário

310 Saúde-Geral

Wanessa Pollyane Ferreira Cavalcanti

Secretária Municipal de Saúde



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Referência: Art. 11 da IN SGD/ME nº 1/2019

2. Descrição da necessidade

O Município de Jacuípe, Alagoas, através da Secretaria Municipal de Saúde, objetivando atender a necessidade de aquisição de medicamentos, correlatos e correlatos, decide através do inciso I, do § 1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021 e artigo 7º, I da IN 40/2020, providenciar o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, correlatos e controlados.

Considerando a lei nº 8.080/90, em seu artigo 2º, estabelece que “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.”

Considerando que a aquisição de tais medicamentos, correlatos e controlados constitui um dos elementos fundamentais para a efetiva implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população.

Considerando o seu propósito precípua é o de garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos e correlatos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais. O Medicamento é um insumo estratégico de suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções constantes no tratamento, o que afeta a qualidade de vida dos usuários e a credibilidade dos serviços farmacêuticos e do sistema de saúde como um todo.

Outro ponto que merece destaque é que com o registro de preços, facilita o controle de estoque e evita vencimento ou danificação dos materiais que eventualmente não forem utilizados. Assim, somente será utilizado recurso financeiro necessário para atender a demanda.

Pelas razões elencadas acima, nota-se a importância da aquisição de medicamentos, correlatos e controlados para segurança e flexibilidade na prestação dos serviços realizados pelo município.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Proposta:

Os objetos referentes a esta aquisição deverão ser oferecidos pela contratada de acordo com as especificações abaixo:

- As propostas deverão conter as especificações do medicamento cotado: o nome comercial, o nome do produto farmacêutico de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou Denominação Comum Internacional (DCI), o nome do Laboratório fabricante de cada medicamento ofertado, composição dos produtos farmacêuticos e quantidade de unidades por embalagem;
- Os medicamentos cotados deverão estar obrigatoriamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, pois nenhum medicamento, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde, conforme art. 12 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

- O licitante obrigatoriamente deve apresentar a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE);
- A proposta deverá conter ainda: Número do Registro na ANVISA e Quantidade do item fornecido por embalagem secundária (caixa) a fim de evitar o seu fracionamento na entrega.
- O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) dias, a contar da data da abertura da licitação;
- Na proposta de preço deve estar incluso todos os custos diretos e indiretos, seguro, encargos fiscais e comerciais;
- O prazo de validade dos preços registrados deverá ser de 12 (doze) meses, contados da data de vigência estabelecida no Termo de Compromisso/Ata de Registro de Preços.
- O preço ofertado será fixo, devendo estar de acordo com o de mercado na data de abertura do certame, expresso em Real (R\$), incluídas todas as despesas de qualquer natureza (frete, tributos, seguros, etc.);
- Nos preços cotados deverão estar inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto da contratação;
- Será permitido a subcontratação ou transferência a outrem do objeto contratado neste Estudo Técnico Preliminar;
- A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado por meio de portaria especialmente para este fim.

Garantia do Produto

- A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.
- A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.
- Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

Conforme o inciso II, do §1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021 e artigo 7º, inciso II da IN 40/2020.

4. Levantamento de demanda e mercado

Trata-se de aquisição de medicamentos, correlatos e controlados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

Com base nos requisitos definidos, foram realizados levantamentos para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Secretária de Saúde deste município.

Na aquisição em tela não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem promover a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos itens serem considerados bens comuns.

A contratação ocorrerá via pregão eletrônico, além de ser o tipo preferencial da Administração Pública, é a mais célere atualmente, tendo o tipo menor preço como a prática mais usual no mercado econômico, além de incitar a competição entre os fornecedores, desburocratizar o processo aquisitivo, permitir maior transparência e controle social. Conforme inciso V, §1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021.

Solução:

Solução 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

Solução 2 - Manifestar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.

Solução 3 - Realizar licitação própria.

Análise:

Análise 1 – Não foi encontrada ata de registro de preços que supra as necessidades disponíveis para a realização de adesão.

Análise 2 – Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para manifestação.

Análise 3 – É possível a realização de licitação, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde e o Setor de Licitação do município.

Conclusão

Com o exposto, esta equipe conclui que deve realizar licitação própria, nos termos da Análise 3 para a execução da Solução 3 para o atendimento da necessidade, tendo em vista que o objeto tem características próprias, conforme justificado nos itens anteriores, razão pela qual se escolhe a Solução nº 3.

Critério e Garantia de Aceitação

O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço:

Secretaria Municipal de Saúde: Localizada na Rua da Torre, s/n, Centro – Jacuípe/AL, CEP: 57.960-000.

A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

5. Descrição da solução como um todo

A presente solicitação justifica-se pelo uso dos medicamentos serem imprescindíveis ao atendimento dos pacientes que são atendidos pela UBS do município.

Uma vez estabelecidas as necessidades e respectivos quantitativos, passa-se a elaboração da especificação técnica dessa contratação, observando-se as normas da ANVISA de qualidade vigentes que estabelecem critérios técnicos de segurança e de sustentabilidade ambiental na contratação dos serviços pela Administração Pública.

Havendo divergência na descrição dos itens entre o Termo de Referência e o sistema de Compras Governamentais prevalece o que está no Termo de Referência.

Convém citarmos que as especificações apresentadas neste termo servirão para determinar um padrão mínimo de qualidade a ser atingido, o que acarretará o aceite dos serviços considerados aptos ou, comprovadamente, equivalentes ou superiores.

A garantia de execução do objeto para o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos estará condicionada as características e natureza dos itens solicitados, obedecendo as normas técnicas brasileiras. Desta forma estabelece o inciso VII, §1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021 e artigo 7º, inciso IV da IN 40/2020.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

O quantitativo de item foi estipulado tendo em vista contratações feitas anteriormente, as necessidades da secretaria e sua respectiva demanda com base nos seus respectivos serviços prestados ao público.

O levantamento abaixo tem como base os preços praticados no período deste estudo.

MEDICAMENTOS CONTROLADOS					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Médio Unitário	Custo Médio Total
1	Amitripitilina, cloridrato 25mg	Comprimido	20000	R\$0,68	R\$13.600,00
2	Biperideno, cloridrato 2mg	Comprimido	7000	R\$0,26	R\$1.820,00
3	Carbamazepina 200mg	Comprimido	50000	R\$0,34	R\$17.000,00
4	Carbamazepina + dosador 2% 100ml	Frasco	5000	R\$12,94	R\$64.700,00
5	Clomipramina, cloridrato 25mg	Comprimido	10000	R\$1,11	R\$11.100,00
6	Clonazepam 2mg	Comprimido	25000	R\$0,10	R\$2.500,00
7	Clonazepam 2,5mg/ml 20ml	Frasco	12000	R\$3,58	R\$42.960,00
8	Clorpromazina, cloridrato 100mg	Comprimido	10000	R\$0,46	R\$4.600,00
9	Clorpromazina, cloridrato 25mg	Comprimido	10000	R\$0,35	R\$3.500,00
10	Diazepam -Solução injetável 25Mg/ml 2ml	Ampola	3000	R\$1,54	R\$4.620,00
11	Diazepam 5mg	Comprimido	50000	R\$0,09	R\$4.500,00
12	Fenitoína 100mg	Comprimido	10000	R\$0,18	R\$1.800,00
13	Haloperidol – solução Injetável 5mg/ml 1ml	Ampola	1000	R\$2,77	R\$2.770,00
14	Haloperidol 5 mG	Comprimido	15000	R\$0,27	R\$4.050,00
15	Fenitoína susp. Oral 20mg/ml 120ml	Frasco	10000	R\$21,42	R\$214.200,00
16	Fenobarbital 100mg	Comprimido	50000	R\$0,26	R\$13.000,00
17	Fenobarbital – solução Oral 40mg/ml 20ml	Frasco	1500	R\$5,50	R\$8.250,00
18	Nitrazepam 5 Mg	Comprimido	5000	R\$0,14	R\$700,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

19	Tramadol injetável 50Mg/ML 1ml	Ampola	10000	R\$1,93	R\$19.300,00
20	Valproato de sódio 250 mg	Comprimido	10000	R\$0,37	R\$3.700,00
21	Valproato de sódio 500 mg	Comprimido	10000	R\$0,58	R\$5.800,00
22	Risperidona 1mg	Comprimido	12000	R\$0,19	R\$2.280,00
23	Tramadol 50 Mg	Comprimido	10000	R\$0,43	R\$4.300,00
24	Fluoxetina, cloridrato 20mg	Comprimido	50000	R\$0,13	R\$6.500,00
TOTAL					R\$457.550,00

MEDICAMENTOS NÃO CONTROLADOS					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Médio Unitário	Custo Médio Total
25	Aciclovir 200mg	Comprimido	10000	R\$0,58	R\$5.800,00
26	Ácido acetilsalicílico 100mg	Comprimido	10000	R\$0,72	R\$7.200,00
27	Ácido tranexâmico-solução injetável 50mg/ml 5ml	Ampola	1200	R\$5,43	R\$6.516,00
28	Ácido fólico 5mg	Comprimido	30000	R\$0,06	R\$1.800,00
29	Ácidos graxos essenciais compostos dos ácidos caprílico, cáprico, láurico, linoléico, lecitina de soja, associados a vitamina A e E loção oleosa frasco com 100ml	Frasco	200	R\$13,77	R\$2.754,00
30	Água bidestilada 10ml	Ampola	3000	R\$0,42	R\$1.260,00
31	Albendazol 400mg	Comprimido	10000	R\$0,57	R\$5.700,00
32	Albendazol suspensão oral + copo dosador 40mg/ml 10ml	Frasco	10000	R\$1,65	R\$16.500,00
33	Álcool etílico gel 70%	Litro	2000	R\$9,03	R\$18.060,00
34	Álcool etílico solução 70%	Litro	2000	R\$8,47	R\$16.940,00
35	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	400	R\$0,33	R\$132,00
36	Acebrofilina 50mg/ml	Frasco	600	R\$8,68	R\$5.208,00
37	Alopurinol 300mg	Comprimido	30000	R\$0,40	R\$12.000,00
38	Aminofilina - solução injetável 24mg/ml 10ml	Ampola	3000	R\$7,38	R\$22.140,00
39	Amiodarona 50mg/ml 3ml	Ampola	3000	R\$4,39	R\$13.170,00
40	Amoxicilina 500mg	CAPSULA	15000	R\$0,29	R\$4.350,00
41	Amoxicilina - pó p/ suspensão oral + copo dosador 250mg/5ml 150ml	Frasco	500	R\$11,73	R\$5.865,00
42	Amoxicilina + clavulanato de potássio 500mg +125mg	Comprimido	15000	R\$2,94	R\$44.100,00
43	Amoxicilina + clavulanato de potássio pó p/ susp. Oral + copo dosador (50mg+12,5mg)/ml 75ml	Frasco	500	R\$32,42	R\$16.210,00
44	Anlodipino, besilato 5mg	Comprimido	50000	R\$0,06	R\$3.000,00
45	Atenolol sulcado 25mg	Comprimido	50000	R\$0,06	R\$3.000,00
46	Atenolol sulcado 50 mg	Comprimido	50000	R\$0,08	R\$4.000,00
47	Atropina, sulfato – solução injetável 0,25mg/ml 1ml	Ampola	500	R\$1,86	R\$930,00
48	Azitromicina 500mg	Comprimido	4000	R\$0,79	R\$3.160,00
49	Beclometasona, dipropionato aerossol oral 250mcg 200 doses	Frasco	1500	R\$29,63	R\$44.445,00
50	Beclometasona, dipropionato aerossol oral c/ espaçador 50mcg 200 doses	Frasco	400	R\$28,38	R\$11.352,00
51	Bromoprida 5mg/ml	Ampola	400	R\$3,37	R\$1.348,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

52	Benzilpenicilina G. Benzatina - pó p/ susp. injetável + diluente 1.200.000UI	Unidade	2000	R\$13,09	R\$26.180,00
53	Benzilpenicilina procaína + Benzilpenicilina potássica susp. Inj.+ diluente 300.000UI + 100.000UI	Unidade	500	R\$8,98	R\$4.490,00
54	Benzoilmetronidazol - Suspensão oral + copo dosador 200mg/5ml 100ML	Frasco	1200	R\$12,12	R\$14.544,00
55	Biperideno, cloridrato 2mg	Comprimido	1200	R\$0,36	R\$432,00
56	Budesonida aerossol nasal 50mcg 200 doses	Frasco	500	R\$46,27	R\$23.135,00
57	Captopril 25mg	Comprimido	50000	R\$0,05	R\$2.500,00
58	Cetoprofeno 50mg/ml 2ml	Ampola	3000	R\$2,17	R\$6.510,00
59	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	10000	R\$0,21	R\$2.100,00
60	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	10000	R\$0,26	R\$2.600,00
61	Cefalexina 500mg	Comprimido	10000	R\$0,93	R\$9.300,00
62	Cefalexina suspensão oral + copo dosador 250mg/5mL 100ML	Frasco	4000	R\$21,67	R\$86.680,00
63	Ciprofloxacino 500mg	Comprimido	10000	R\$0,81	R\$8.100,00
64	Clopidogrel, Bissulfato 75mg	Comprimido	150	R\$1,03	R\$154,50
65	Clostebol + neomicina, creme vaginal (5+5)mg/g 45g	Bisnaga	500	R\$33,01	R\$16.505,00
66	Dexametasona colírio 0,10% 5ml	Frasco	100	R\$11,24	R\$1.124,00
67	Dexametasona, Acetato – creme 1mg/g 10g	Bisnaga	3000	R\$3,08	R\$9.240,00
68	Dexametasona, Fosfato Dissódico - solução injetável 4mg/ml 2,5ml	Ampola	300	R\$1,80	R\$540,00
69	Dexclorfeniramina, maleato + copo dosador 2mg/5ml 100ml	Frasco	400	R\$2,11	R\$844,00
70	Diclofenaco potássico - sol. Injetável 25mg/ml 3ml	Ampola	500	R\$2,05	R\$1.025,00
71	Digoxina 0,25mg	Comprimido	500	R\$0,31	R\$155,00
72	Dipirona sódica - solução injetável 500mg/ml 2ml	Ampola	600	R\$1,40	R\$840,00
73	Doxiciclina, cloridrato 100mg	Comprimido	6000	R\$0,64	R\$3.840,00
74	Enalapril, maleato 10mg	Comprimido	800	R\$0,30	R\$240,00
75	Enalapril, maleato 20mg	Comprimido	40000	R\$0,61	R\$24.400,00
76	Eritromicina, estearato 500mg	Comprimido	3000	R\$2,61	R\$7.830,00
77	Eritromicina, estearato - suspensão + copo dosador 125 mg/5ml 105ml	Frasco	800	R\$7,53	R\$6.024,00
78	Epinefrina-solução injetável 1mg/ml 1ml	Ampola	1200	R\$1,85	R\$2.220,00
79	Espironolactona 25mg	Comprimido	3000	R\$0,29	R\$870,00
80	Espironolactona 100mg	Comprimido	3000	R\$1,19	R\$3.570,00
81	Estriol creme vaginal + aplicador 1mg/g 25g	Bisnaga	800	R\$12,46	R\$9.968,00
82	Estrogênios conjugados 0,3mg	Comprimido	200	R\$1,21	R\$242,00
83	Fenoterol, bromidrato – solução gotas 5mg/ml 20ML	Frasco	500	R\$6,84	R\$3.420,00
84	Ferroso, sulfato 40mg	Comprimido	50000	R\$0,12	R\$6.000,00
85	Ferroso, sulfato - gotas + conta gotas 25mg/ml 30ml	Frasco	500	R\$1,54	R\$770,00
86	Fitometadiona 10mg/ml 1ml	Ampola	240	R\$4,68	R\$1.123,20
87	Fluconazol 150mg	Comprimido	10000	R\$1,69	R\$16.900,00
88	Furosemida 40mg	Comprimido	50000	R\$0,32	R\$16.000,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

89	Furosemida - solução injetável 10mg/ml 2ml	Ampola	1000	R\$1,32	R\$1.320,00
90	Gentamicina, sulfato colírio 5mg/ml 5ml	Frasco	300	R\$11,91	R\$3.573,00
91	Gentamicina, sulfato solução injetável 40mg/ml 2ml	Ampola	300	R\$1,58	R\$474,00
92	Glibenclamida 5mg	Comprimido	50000	R\$0,09	R\$4.500,00
93	Gliclazida - comp liberação modificada 30mg	Comprimido	50000	R\$0,31	R\$15.500,00
94	Glicose - solução injetável 50mg/ml (5%) 500ml	Frasco	300	R\$4,84	R\$1.452,00
95	Glicose – solução injetável 500mg/ml (50%) 10ml	Ampola	300	R\$0,93	R\$279,00
96	Guaco - Mikania glomerata - xarope 5% 150ml	Frasco	1200	R\$3,07	R\$3.684,00
97	Hidroclorotiazida 25 mg	Comprimido	50000	R\$0,12	R\$6.000,00
98	Hidrocortisona, succinato sódico - pó p/ solução injetável + diluente 500mg	Unidade	1500	R\$7,22	R\$10.830,00
99	Hidróxido de alumínio + hidróxido de magnésio c/ dosador (60+40)mg/ml 240ML	Frasco	300	R\$18,41	R\$5.523,00
100	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	10000	R\$0,59	R\$5.900,00
101	Ibuprofeno 50mg/ml	Frasco	800	R\$6,63	R\$5.304,00
102	Imunoglobulina Anti-Rho (D) solução injetável 300mcg 2ml	Ampola	100	R\$262,82	R\$26.282,00
103	Iodopovidona solução aquosa 10% 1 litro	Frasco	600	R\$49,78	R\$29.868,00
104	Iodopovidona solução degermante 10% 1 litro	Frasco	3000	R\$40,06	R\$120.180,00
105	Ioxitalamato de meglumina + ioxalamato de sódio solução injetável 0,59g; meglumina 0,15g; hidróxido de sódio 0,58g (equivalente a 350mg de iodo) 50ml	Frasco	100	R\$46,61	R\$4.661,00
106	Ipratrópio, brometo - solução inalatória 0,25mg/ml 20ml	Frasco	2500	R\$1,59	R\$3.975,00
107	Isossorbida, dinitrato sublingual 5mg	Comprimido	800	R\$0,63	R\$504,00
108	Isossorbida, mononitrato 40mg	Comprimido	300	R\$0,51	R\$153,00
109	Isossorbida, mononitrato solução injetável 10mg/ml 1ml	Ampola	600	R\$2,68	R\$1.608,00
110	Levodopa + benzerazida 100mg+25mg	CAPSULA	100	R\$1,77	R\$177,00
111	Levodopa + carbidopa 250mg+25mg	Comprimido	60	R\$1,55	R\$93,00
112	Levotiroxina sódica 25mcg	Comprimido	5000	R\$0,19	R\$950,00
113	Levotiroxina sódica 50mcg	Comprimido	3000	R\$0,36	R\$1.080,00
114	Lidocaína, cloridrato - gel 2% 30ml	Bisnaga	500	R\$4,76	R\$2.380,00
115	Lidocaína, cloridrato - SVC - solução injetável 2% 20ml	Ampola	600	R\$14,92	R\$8.952,00
116	Loratadina 10mg	Comprimido	7000	R\$0,65	R\$4.550,00
117	Loratadina xarope 1mg/ml 100ml	Frasco	800	R\$8,53	R\$6.824,00
118	Losartana potássica 50mg	Comprimido	50000	R\$0,29	R\$14.500,00
119	Metformina, cloridrato 850mg	Comprimido	50000	R\$0,55	R\$27.500,00
120	Metildopa 250mg	Comprimido	10000	R\$1,51	R\$15.100,00
121	Metoclopramida, cloridrato - solução injetável 5mg/ml 2ml	Ampola	600	R\$1,56	R\$936,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

122	Metilprednisolona Acetato-solução injetável 40mg/ml 2ml	Ampola	600	R\$18,33	R\$10.998,00
123	Metronidazol 250mg	Comprimido	10000	R\$0,43	R\$4.300,00
124	Metronidazol – geléia vaginal c/ aplicador 500mg/5g 50mg	Bisnaga	1500	R\$12,13	R\$18.195,00
125	Miconazol, nitrato - creme vaginal + aplicador 2% 80g	Bisnaga	1500	R\$10,11	R\$15.165,00
126	Miconazol, nitrato - loção 2% 30ml	Frasco	1500	R\$4,30	R\$6.450,00
127	N-butilescopolamina - sol. Injetável 20mg/ml 5ml	Ampola	600	R\$2,39	R\$1.434,00
128	Neomicina, sulfato + Bacitracina – pomada 5mg+250UI/g 10g	Bisnaga	600	R\$4,28	R\$2.568,00
129	NISTATINA pomada vaginal 5mg+250UI/g 60g	Bisnaga	600	R\$10,85	R\$6.510,00
130	Omeprazol 20mg	CAPSULA	15000	R\$0,52	R\$7.800,00
131	Papaína 2% 50g	Bisnaga	10	R\$13,32	R\$133,20
132	Papaína 6% 50g	Bisnaga	10	R\$16,02	R\$160,20
133	Paracetamol 500mg	Comprimido	10000	R\$0,32	R\$3.200,00
134	Paracetamol – gotas 200mg/ml 15ml	Frasco	800	R\$2,73	R\$2.184,00
135	Periciazina 4% 20ml	Frasco	50	R\$24,84	R\$1.242,00
136	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	200	R\$0,52	R\$104,00
137	Permetrina 5% 60ml	Frasco	200	R\$6,69	R\$1.338,00
138	Permetrina - loção 1% 60ml	Frasco	200	R\$4,07	R\$814,00
139	Pirimetamina 25mg	Comprimido	150	R\$0,13	R\$19,50
140	Polivitaminco - copo ou seringa dosadora 100ml	Frasco	200	R\$6,09	R\$1.218,00
141	Polivitamínico 3ml	Ampola	200	R\$3,63	R\$726,00
142	Prednisolona, fostato sódico de sol.(equiv. a 3 mg de prednisona) +copo dosador 1,34mg/mL 100ml	FRASCO 100ML	5000	R\$8,23	R\$41.150,00
143	Prednisona 5mg	Comprimido	5000	R\$0,13	R\$650,00
144	Prednisona 20mg	Comprimido	10000	R\$0,34	R\$3.400,00
145	Prometazina, cloridrato 25mg	Comprimido	24000	R\$0,22	R\$5.280,00
146	Prometazina, cloridrato – solução Injetável 25mg/ml 2ml	Ampola	3000	R\$3,54	R\$10.620,00
147	Propranolol, cloridrato 40mg	Comprimido	50000	R\$0,16	R\$8.000,00
148	Ranitidina, cloridrato - solução injetável 25mg/mL 2ml	Ampola	600	R\$1,96	R\$1.176,00
149	Sais para Reidratação Oral Pó para solução ora 27,9g	Envelope	3000	R\$1,34	R\$4.020,00
150	Salbutamol, sulfato - solução inalante 6mg/mL 10ml	Frasco	600	R\$22,00	R\$13.200,00
151	Salbutamol, sulfato aerossol oral com espaçador 100mcg/dose com 200 doses	Frasco	600	R\$14,09	R\$8.454,00
152	Sinvastatina 20mg	Comprimido	50000	R\$0,18	R\$9.000,00
153	Sódio, cloreto - sistema fechado 0,90 % 100ml	Frasco	1500	R\$6,73	R\$10.095,00
154	Sódio, cloreto - sistema fechado 0,9% 500ml	Frasco	4000	R\$8,25	R\$33.000,00
155	Solução Ringer + Lactato - sistema fechado Composição por litro – Cloreto 109mEq, Sódio 130mEq, Potássio 4mEq, Cálcio 2,7mEq, Lactato 27,7mEq	Unidade	400	R\$10,89	R\$4.356,00
156	Sulfadiazina de prata-creme 1% 50G	Bisnaga	500	R\$8,24	R\$4.120,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

157	Sulfametoxazol + Trimetoprima 400+80mg	Comprimido	12000	R\$0,36	R\$4.320,00
158	Sulfametoxazol + Trimetoprima - suspensão oral + copo dosador 4,0% + 0,8% 60ml	Frasco	1200	R\$9,04	R\$10.848,00
159	sulfato de magnésio 10% 10ml	Frasco	200	R\$1,64	R\$328,00
160	Varfarina sódica 5mg	Comprimido	200	R\$0,16	R\$32,00
161	Verapamil 80mg	Comprimido	200	R\$0,55	R\$110,00
162	Adrenalina/epinefrina 1ml	Ampola	100	R\$1,71	R\$171,00
163	Ácido ascorbico-solução injetável 100mg/ml 5ml	Ampola	100	R\$2,05	R\$205,00
164	Flavonid 450/50mg	Comprimido	400	R\$0,84	R\$336,00
165	Cloreto de sódio 0,9% 250ml	Frasco	2000	R\$5,00	R\$10.000,00
166	Butilbrometo de Esc.+Dipirona-Injetável (composta) 4mg/500mg/ml	Ampola	200	R\$1,67	R\$334,00
167	Omeprazol sódico-pó+diluyente 40mg	Ampola	50	R\$32,14	R\$1.607,00
TOTAL					R\$1.201.338,60

CORRELATOS					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Médio Unitário	Custo Médio Total
168	ABAIXADOR DE LÍNGUA EM MADEIRA, DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO PCT C/ 100 unid.	Pacote	4000	R\$5,51	R\$22.040,00
169	AGULHA HIPODÉRMICA, 13X 4,5, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EMBALAGEM	Unidade	2500	R\$0,09	R\$225,00
170	AGULHA HIPODÉRMICA, 20X5,5, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EMBALAGEM INDIVIDUAL - unid.	Unidade	5000	R\$0,09	R\$450,00
171	AGULHA HIPODÉRMICA, 30X8, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EMBALAGEM	Unidade	2500	R\$0,11	R\$275,00
172	AGULHA HIPODÉRMICA, 25X 7, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EMBALAGEM INDIVIDUAL - unid.	Unidade	2500	R\$0,09	R\$225,00
173	ALGODÃO HIDRÓFILO 500g - rolo	Rolo	800	R\$13,62	R\$10.896,00
174	Água destilada p/ autoclave fr 5 litros	Litro	240	R\$12,89	R\$3.093,60



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

175	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 10cm, 180cm, EM REPOUSO, 13 FIOS/ CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL - unid.	Unidade	10000	R\$0,56	R\$5.600,00
176	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 15cm, 180cm, EM REPOUSO, 13 FIOS/ CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL - unid.	Unidade	5000	R\$0,67	R\$3.350,00
177	Bolsa de colostomia	Unidade	2000	R\$1,68	R\$3.360,00
178	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO, VIALON, 18G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AGULHA EM AÇO INOX,	Unidade	1500	R\$0,74	R\$1.110,00
179	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO, VIALON, 20G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AGULHA EM AÇO INOX,	Unidade	1500	R\$0,70	R\$1.050,00
180	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO, VIALON, 22G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AGULHA EM AÇO INOX, BISEL CURTO, PADRÃO DE CORES UNIVERSAL - unid..	Unidade	1500	R\$0,74	R\$1.110,00
181	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO, VIALON, 24G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AGULHA EM AÇO INOX,	Unidade	1500	R\$0,77	R\$1.155,00
182	CAIXA COLETORA PARA PERFURANTE - CORTANTE, CAPACIDADE 13L unid.	Unidade	200	R\$8,15	R\$1.630,00
183	COLETOR DE URINA 50 ML	Unidade	3000	R\$0,56	R\$1.680,00
184	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO, TIPO BOLSA, CAPACIDADE 2000ml, PVC ATÓXICO, VÁLVULA ANTIRREFLUXO, TUBO EXTENSOR EM PVC ATÓXICO TRANSPARENTE COM NO MÍNIMO 110cm DE COMPRIMENTO, FLEXÍVEL, SUPORTE DE FIXAÇÃO COM HASTE RÍGIDA, TIPO CABIDE, ESCALA DE VOLUME IMPRESSAE ALÇA COM CLAMP CORTA FLUXO, CONECTOR DE ENTRADA E SAÍDA DA DRENAGEM, PONTO DE COLETA DE AMOSTRA COM MEMBRANA DE LÁTEX AUTO CICATRIZANTE unid.	Unidade	800	R\$13,50	R\$10.800,00



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

185	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILS ESTÉRIL, 100% ALGODÃO, 13 FIOS/CM², ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 cm, 5 DOBRAS, DESCARTÁVEL PCT C/ 10 UNID.	Pacote	5000	R\$0,77	R\$3.850,00
186	COMPRESSA DE GAZE, 100% ALGODÃO, 13 FIOS/CM², ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 cm, 5 DOBRAS, DESCARTÁVEL PCT C/ 500 UNID.	Pacote	5000	R\$20,50	R\$102.500,00
187	COMPRESSA DE GAZE, 100% ALGODÃO, TIPO QUEIJO, 13 FIOS/CM², ISENTA DE IMPUREZAS, 91 cm X 91cm, 8 CAMADAS, 3 DOBRAS, DESCARTÁVEL. ROLO	Rolo	5000	R\$37,98	R\$189.900,00
188	ESPARADRAPO HOSPITALAR IMPERMEÁVEL -10cmx4,5m unid.	Unidade	1500	R\$9,55	R\$14.325,00
189	ESPARADRAPO MICROPORE - 10cmx4,5m unid.	Unidade	1500	R\$7,58	R\$11.370,00
190	EQUIPO MACRO GOTAS, PARA INFUSÃO DE SOLUÇÕES PARENTERAIS ESTÉREIS, EM POLIETILENO, FLEXÍVEL, COM TUBO MEDINDO ENTRE 120 A 150cm, INCOLOR, DESCARTÁVEL,	Unidade	2500	R\$0,93	R\$2.325,00
191	ESPÉCULO VAGINAL, POLIETILENO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO, EMBALAGEM INDIVIDUAL TAM: "M" - unid.	Unidade	500	R\$1,31	R\$655,00
192	ESCOVA CERVICAL PARA CITOLOGIA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUALIZADA - unid.	Unidade	500	R\$0,49	R\$245,00
193	FIO SULTURA, NYLON MONOFILAMENTO 2-0, PRETO, 70cm, C/ AGULHA, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 2,0cm, ESTÉRIL - unid.	Unidade	300	R\$2,04	R\$612,00
194	FIO SULTURA, NYLON MONOFILAMENTO 3-0, PRETO, 45cm, C/ AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,0cm, ESTÉRIL - unid.	Unidade	300	R\$1,74	R\$522,00
195	FIO SULTURA, NYLON MONOFILAMENTO 4-0, PRETO, 45cm, C/ AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,0cm, ESTÉRIL - unid.	Unidade	300	R\$1,77	R\$531,00
196	FIO SULTURA, NYLON MONOFILAMENTO 5-0, PRETO, 45cm, C/ AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 1,5cm, ESTÉRIL - unid.	Unidade	300	R\$1,99	R\$597,00
197	FITA P/ AUTO-CLAVE - unid.	Unidade	150	R\$4,63	R\$694,50
198	FIXADOR PARA CITOLOGIA - fr. 100mL - unid.	Unidade	240	R\$12,02	R\$2.884,80
199	FRALDAS INFANTIS TAMANHO G UNIDADES	Unidade	2000	R\$1,23	R\$2.460,00
200	GEL PARA ULTRASSOM INCOLOR - fr 1L unid.	Unidade	500	R\$8,06	R\$4.030,00
201	LÂMINA P/ MICROSCOPIA COM UMA EXTREMIDADE FOSCA - CAIXA COM 50 UNID	CAIXA	70	R\$8,88	R\$621,60



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

202	LÂMINA DE BÍSTURI, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL Nº 11 - Caixa com 100 unid.	CAIXA	5	R\$24,10	R\$120,50
203	LÂMINA DE BISTURI, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL Nº 15 - Caixa com 100unid.	CAIXA	5	R\$28,33	R\$141,65
204	LÂMINA DE BISTURI, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL Nº 21 - unid.	Unidade	500	R\$30,42	R\$15.210,00
205	LANCETA PARA OBTENÇÃO DE SANGUE CAPILAR, DESCARTÁVEL. A CADA 200 LANCETAS SOLICITADAS DEVE SER ENVIADO 01 LANCETADOR EM COMODATO COMPATÍVEL COM A LANCETA FORNECIDA. EM CASO DE DEFEITO OU QUEBRA DO LANCETADOR O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO SEM CUSTO PARA O ENTE PÚBLICO - unid.	Unidade	7000	R\$4,97	R\$34.790,00
206	LUVA ESTÉRIL 7,5 - par	Par	7000	R\$1,36	R\$9.520,00
207	LUVA ESTÉRIL 8,0 -par	Par	7000	R\$1,46	R\$10.220,00
208	LUVAS DE PROCEDIMENTO "M" - cx c/100	Caixa	10000	R\$16,66	R\$166.600,00
209	LUVAS DE PROCEDIMENTO "P" - cx c/100	Caixa	10000	R\$16,98	R\$169.800,00
210	LUVAS DE PROCEDIMENTO "G" - cx c/100	Caixa	10000	R\$17,39	R\$173.900,00
211	MÁSCARA DESCARTÁVEL, 3 CAMADAS C/ ELÁSTICO - unidade	Unidade	15000	R\$1,12	R\$16.800,00
212	MASCARA P/ NEBULIZAÇÃO+COPO E MANGUEIRA- ADULTO -UNID	Unidade	80	R\$14,38	R\$1.150,40
213	MASCARA P/ NEBULIZAÇÃO+COPO E MANGUEIRA- CRIANÇA -UNID	Unidade	80	R\$15,23	R\$1.218,40
214	PAPEL CREPADO BRANCO PARA ESTERILIZAÇÃO, 100% CELULOSE REFORÇADA C/ FIBRAS SINTÉTICAS, 2ª GERAÇÃO, 100X100cm, EM FOLHA	Unidade	1500	R\$42,88	R\$64.320,00
215	PAPEL CREPADO BRANCO PARA ESTERILIZAÇÃO, 100% CELULOSE REFORÇADA C/ FIBRAS SINTÉTICAS, 2ª GERAÇÃO, 300MM, EM FOLHA	Unidade	750	R\$165,49	R\$124.117,50
216	SCALP Nº 21 unid.	Unidade	12000	R\$0,23	R\$2.760,00
217	SCALP Nº 23 unid.	Unidade	12000	R\$0,27	R\$3.240,00
218	SCALP Nº 25 unid.	Unidade	12000	R\$0,24	R\$2.880,00
219	SCALP Nº 27 unid.	Unidade	12000	R\$0,23	R\$2.760,00
220	SERINGA DESC. 1ml ESTÉRIL C/ AGULHA 13x4,5 - unid.	Unidade	8000	R\$0,27	R\$2.160,00
221	SERINGA DESC. 3ml ESTÉRIL C/AGULHA 25x7 - unid.	Unidade	8000	R\$0,28	R\$2.240,00
222	SERINGA DESC. 5ml ESTÉRIL C/ AGULHA 25x7- unid.	Unidade	8000	R\$0,30	R\$2.400,00
223	SERINGA DESC. 10ml ESTÉRIL C/ AGULHA 25x7- unid.	Unidade	7000	R\$0,37	R\$2.590,00
224	SERINGA DESC. 20ml ESTÉRIL C/ AGULHA 25x7- unid.	Unidade	7000	R\$0,52	R\$3.640,00
225	SONDA FOLLEY Nº12 unid.	Unidade	150	R\$3,11	R\$466,50



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

226	SONDA FOLLEY N°14 unid.	Unidade	150	R\$3,37	R\$505,50
227	SONDA FOLLEY N°16 unid.	Unidade	150	R\$3,60	R\$540,00
228	SONDA FOLLEY N°18 unid.	Unidade	150	R\$3,69	R\$553,50
229	Tensiometro Adulto- premium	Unidade	2	R\$80,35	R\$160,70
230	TERMÔMENTRO DIGITAL	Unidade	300	R\$25,54	R\$7.662,00
231	TIRAS REAGENTES PARA CONTROLE DE GLICEMIA CAPILAR. A CADA 200 TIRAS SOLICITADAS DEVE SER ENVIADO 01 GLICOSÍMETRO EM COMODATO COMPATÍVEL COM A TIRA FORNECIDA. EM CASO DE DEFEITO OU QUEBRA DO GLICOSÍMETRO O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUIDO SEM CUSTO PARA O ENTE PÚBLICO - unid.	Unidade	6000	R\$0,55	R\$3.300,00
232	espátula de AYRES -apct c/ 100 unid	Pacote	3000	R\$9,26	R\$27.780,00
233	TOUCA DESC. C/ ELÁSTICO PCT C/ 100	Pacote	3000	R\$14,51	R\$43.530,00
TOTAL					R\$1.303.249,15
TOTAIS GERAIS					R\$2.962.137,75

Assim preconiza o inciso IV, §1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021, e inciso V do artigo 7º da IN 40/2020.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Os valores constantes na tabela do item 6 do presente Estudo Técnico Preliminar foram obtidos através da pesquisa em banco de preços governamentais.

O valor estimado total para a contratação de que trata o objeto deste pregão é de **R\$ 2.962.137,75 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos)** conforme disposto no Termo de Referência, Anexo II. Determina assim o inciso VI, §1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021, e artigo 7º, inciso VI da IN 40/2020.

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Será permitido o parcelamento, uma vez que a contratação será de itens diversos, permitindo assim o parcelamento dos itens em questão, partindo do princípio que o órgão solicitante não dispõe de local adequado de armazenagem, havendo assim a necessidade do parcelamento, conforme estabelecido pelo inciso VIII, § 1º do art. 18 da Lei nº 814.133/2021, e artigo 7º, inciso VII da IN 40/2020.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

De acordo com o inciso XI, §1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021, e artigo 7º, inciso VIII da IN 40/2020.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O presente Estudo Preliminar destina-se a assegurar a viabilidade técnica do processo de aquisição de medicamentos, correlatos e controlados, bem como subsidiar o Termo de Referência.

O presente estudo tem como referência legal a Lei 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente as disposições da IN 40/2022.

Este estudo atende a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

11. Resultados Pretendidos

A contratação prevista no objeto deste Estudo diz respeito ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e correlatos a fim de atender as necessidades estabelecidas pela secretaria solicitante, o qual consiste na agilidade e segurança da contratação, sem comprometer a execução orçamentária do município. Conforme inciso IX, §1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021, e artigo 7º, inciso X da IN 40/2020.

12. Providências a serem adotadas

Tendo em vista que a Análise de Riscos irá descrever e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, ela permeará todo processo de Contratação. Preconiza o inciso IX, §1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021, e artigo 7º, inciso X da IN 40/2020.

13. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

De acordo com o inciso XII, §1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021, e artigo 7º, inciso XII da IN 40/2020.

14. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** a contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos e correlatos de acordo com inciso XIII, §1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021, e artigo 7º, inciso XIII da IN 40/2020.

15. Justificativa da Viabilidade

Faz-se viável a contratação no sentido de que as pesquisas refletem a realidade mais próxima do preço de mercado e especificações importantes, além de necessárias, conforme demonstrado pela unidade administrativa demandante.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE/AL

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A Prefeitura Municipal de Jacuípe/AL por intermédio do(a), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, *neste ato* representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
- Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 13.1.1. Gestão/Unidade:
- 13.1.2. Fonte de Recursos:
- 13.1.3. Programa de Trabalho:
- 13.1.4. Elemento de Despesa:
- 13.1.5. Plano Interno:
- 13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Calvo/AL, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

ANEXO III

MODELO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE/AL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A Prefeitura Municipal de Jacuípe/AL, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo de garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. Além do gerenciador, não há entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

5.5.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.5.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.4. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIPE

Rua Prefeito Mário Acioly Wanderley – s/n – Centro – CEP: 57.960-000 – CNPJ: 12.247.755/0001-74

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.3.1. Por razão de interesse público;

9.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas